



▼ Capítulo 4

PENSANDO A FILOSOFIA E O FILOSOFAR A PARTIR DE CHARLES TAYLOR

Odair Camati

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/filo04>

VOLTAR AO SUMÁRIO

Introdução

Tomo por tarefa neste texto pensar acerca do que seja a filosofia, assumindo como ponto central a sua relação com aquilo que podemos chamar de realidade concreta. É um termo controverso e questionável, mas com isso quero dizer algo relativamente simples, a saber, em que momentos específicos a filosofia pode dizer algo sobre a forma como conduzimos as nossas vidas? Quando falo em relativamente simples, estou tratando dos momentos em que a filosofia pode contribuir, não o que ela especificamente tem a contribuir. Esse segundo aspecto nada possui de simples, sobre isso tentarei oferecer algumas respostas ao longo do texto.

Não pretendo aqui apresentar elementos conclusivos ou teses aprimoradas, antes me proponho um exercício mais livre no sentido de pensar a filosofia e o filosofar a partir da minha experiência acadêmica, mas, sobretudo, tendo os textos de Charles Taylor¹ como referência. Afirmando que é um exercício mais livre porque não buscarei apenas em textos acadêmicos, mas também em entrevistas e palestras, elementos que possam sustentar as posições aqui assumidas. É importante advertir também que o filósofo aqui referido não possui nenhum texto específico sobre a temática desenvolvida.

Esses elementos introdutórios servem para dimensionar o tamanho da atividade aqui proposta e para que eu possa me desculpar antecipadamente pelos resultados subsequentes. Posto isso, é o momento de apresentar as linhas mestras do texto que me permitirão estabelecer relações entre a filosofia, o exercício do filosofar e o mundo que nos cerca. São duas ideias que pretendo desenvolver na sequência do texto: i) a filosofia como articuladora dos bens individuais e coletivos; ii) a filosofia e sua contribuição para o entendimento da diversidade.

1 Charles Taylor é um filósofo contemporâneo, nascido em 5 de novembro de 1931, na cidade de Montreal, no Canadá. É professor Emérito de Filosofia e Ciência Política na Universidade de McGill. De 1976 a 1981 Taylor dirigiu a cadeira de Pensamento Político e Social na Universidade de Oxford. Suas principais contribuições são na área da filosofia política, filosofia social e história da filosofia. Ele defende uma participação ativa na vida política, tendo concorrido, sem sucesso, ao Senado Canadense.

Nessa linha, espero contribuir para o debate acerca do que seja filosofia e qual a sua importância tanto para os indivíduos, mas mais ainda para as comunidades humanas. Conceber que uma sociedade possa se desenvolver sem uma articulação de seus valores morais mais importantes é uma quimera que só aqueles que desconhecem a antropologia humana podem imaginar. Dessa forma, acredito que o escopo filosófico das teorias taylorianas poderá contribuir para pensarmos mais adequadamente qual o papel da filosofia e do exercício do filosofar nas diversas comunidades humanas.

A filosofia como articuladora dos bens individuais e coletivos

Neste primeiro item do capítulo, quero apresentar a compreensão tayloriana de filosofia como articuladora dos bens importantes para nossa vida, tanto em termos individuais como em termos coletivos. *As fontes do self* (TAYLOR, 2011a) é um texto marcante nesse sentido, porque tem por objetivo entender a modernidade ao analisar as suas fontes morais. Significa que não basta fazer uma retomada histórica, é preciso entender os elementos que permitiram que tal transformação histórica fosse possível. O que, por sua vez, não implica que todas as transformações históricas ocorreram devido a ideais filosóficos.

O que se pode dizer é que essa filosofia captou o espírito de algumas das mudanças e, por sua vez, influenciou profundamente a forma que elas assumiram. [...] Ver essa relação – e não fazer da filosofia algo independentemente eficaz, ou conceber a transformação da cultura moral como algo que percorre seu próprio caminho independentemente de suas formulações epifenomenais – é o que se precisa para compreender a história de nossas fontes morais que estou tentando apresentar aqui. (TAYLOR, 2011a, p. 339).

O que parece estar implicado nessa afirmação é que a filosofia ocupa um papel central na articulação dos bens valorados por uma determinada comunidade humana. Sem tal articulação, as culturas não poderiam ser apresentadas adequadamente, pois estaria faltando uma parte importante, a saber, os valores que fazem com que os indivíduos ajam de uma forma e não de outra. Isso coloca um fardo pesado sobre a filosofia, por isso é importante perguntar: como é possível fazer tal articulação?

Como é possível perceber, a partir da citação de Taylor, que a filosofia por si só não é capaz de criar valores e difundir-los em uma determinada sociedade, mas ela pode captar aqueles elementos que se constituem como fundamentais. E pode fazer isso de forma isenta e objetiva? Parece-me que a resposta a essa questão é negativa no sentido de que essa captura se desenvolve na medida em que determinados valores ganham força e outros vão se enfraquecendo em um ambiente de relações humanas. Portanto, não é possível fazer uma separação completa entre o “filósofo” que se propõe a desenvolver uma articulação dos valores e o homem que vive a realidade analisada.

A consequência que deriva dessa análise poderia ser a afirmação em torno da impossibilidade de uma articulação minimamente aceitável, que não seja apenas fruto de vontades e desejos individuais. Para dar conta dessa questão, surge aquilo que, creio eu, seja uma contribuição importante da obra tayloriana. Passo agora a explicitação desta “inovação” presente nos textos do referido filósofo. A contribuição que creio ser decisiva é um retorno à avaliação da moral como fundamental na compreensão do que é bom ser, não apenas no que devemos fazer. Está implicada aqui uma ampliação do que comumente entendemos por moral e por aquela que seria sua função específica.

A reafirmação da moral como ponto decisivo para a compreensão do que seja uma vida boa recoloca algumas questões. A primeira delas trata dos elementos que servirão de referência para a avaliação dos indivíduos do que seja o melhor para as suas vidas. Temos implicada uma decisão individual, mas que está longe de ser tomada por indivíduos isoladamente. Talvez

aqui reside o caráter comunitarista dos escritos taylorianos. Quero apenas registrar que a classificação² de sua teoria não é algo de fundamental importância, ao menos para os interesses aos quais me proponho neste texto.

A segunda questão recolocada a partir da ideia de que a moral não responde apenas àquilo que devemos fazer, mas àquilo que é bom ser, é de que existem bens importantes para a condução de nossas vidas e, mais ainda, existem hiperbens. Estaria aqui presente o que Abbey chama de realismo falsificável, nas palavras da comentadora do pensamento de Taylor:

Existem três possibilidades para se interpretar o realismo moral de Taylor. [...] A primeira é o realismo fraco. A terceira posição está no extremo mais afastado dessa primeira – realismo forte. A segunda está mais próxima, mas não é o mesmo que realismo forte. Para descrever essa segunda posição, a qual eu atribuo a Taylor, é necessário introduzir a ideia aparentemente paradoxal de realismo falsificável. Enquanto a abordagem mais fraca seria mais aceitável para a maioria de seus leitores, é em última análise a abordagem falsificável que carrega elementos de seu “primo” mais fraco, que Taylor quer defender. [...] O realismo de Taylor poderia simplesmente ser retratado como as percepções dos indivíduos de que os bens que eles fortemente valorizam existem independentes deles; eles sentem que estão respondendo a algo que é inerentemente digno desses “bens” quando os afirmam. O fato de que os indivíduos podem sentir que esses “bens” derivam seu valor não apenas de serem valorizados por eles, mas acredito que, ao invés, eles são valorizados porque são dignos, não compromete Taylor nem para a afirmação de que esses bens não existem, nem que eles são importantes por si mesmos. (ABBEY, 2000, p. 27).³

2 Para aqueles que desejarem aprofundar esta discussão, sugiro dois textos: *Argumentos Filosóficos* e *Multiculturalismo*. Mesmo que não haja um enfrentamento direto dessas questões, elas estão presentes no decorrer dos textos citados acima.

3 Tradução livre.

O que importa nesse comentário de Abbey é a afirmação de que alguns bens são dignos de valoração por parte dos indivíduos e que são sentidos dessa forma. Parece que está implicada a afirmação de que os bens se colocam com certa força normativa diante dos indivíduos que vivem em uma determinada organização social. Falsificável porque é passível de questionamento e, se possível, aprimoramento. Os valores não estão afirmados de uma vez por todas, eles podem sofrer mutações na medida em que a própria comunidade humana sofra mudanças.

Nesse ponto, é possível discutir acerca de um possível relativismo da filosofia tayloriana. Acredito que não se aplica, por isso tentarei brevemente oferecer alguns argumentos do porquê de eu pensar dessa maneira. Devo alertar que são argumentos apresentados de forma breve, porque não pretendo perder o foco do texto. Os pontos centrais dessa argumentação se encontram na obra *Multiculturalismo*.⁴

Um primeiro ponto importante é que os valores morais ou os bens valorados necessitam de articulação, ou o que Taylor chama de “ontologia moral que articula essas intuições”. Em outras palavras, podemos intuir alguns bens como fundamentais, mas precisamos explicitar de onde eles surgiram e como eles se relacionam com uma ou várias comunidades humanas históricas. Há uma relação muito estreita entre aquilo que sentimos como valioso, como articulamos esse bem e como ele responde aos problemas e às implicações apresentados pela vida humana.

Esse processo possui objetividade na medida em que as intuições individuais precisam fazer sentido para a coletividade. Articular, em linguagem simples, é tornar compreensiva e repleta de sentido uma sentença ou afirmação. Nesse caso, afirmações e sentenças morais. Tratando mais especificamente das sociedades Ocidentais, existem alguns valores que norteiam nossas práticas e ações morais e que, portanto, servem como parâmetro de avaliação das intuições morais, são eles: a) respeito pelos outros; b) busca de vida plena e c) dignidade. Esses três eixos não surgiram do nada, eles,

4 Sem muitas pretensões, sugiro minha tese de doutorado na qual tratei dessa temática. Ela está disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7056/Odair%20Camati.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

segundo Taylor, foram consolidados pela modernidade e hoje servem como referência.

Parece-me que a objetividade reside nesse processo de apreensão e verificação daqueles elementos que são fundamentais para a compreensão e desenvolvimento de uma comunidade humana. Eles não possuem existência independente, mas também não se caracterizam como resultado de vontades e desejos puramente individuais. Todo esse processo ocorre no interior de configurações morais:

O que venho chamando de configuração incorpora um conjunto crucial de distinções qualitativas. Pensar, sentir, julgar no âmbito de tal configuração é funcionar com a sensação de que alguma coisa ou modo de vida ou modo de sentir é incomparavelmente superior aos outros que estão mais imediatamente ao nosso alcance. (TAYLOR, 2011a, p. 35).

Consequentemente, qualquer discussão acerca dos bens importantes, ou mesmo dos hiperbens, ocorre no interior de uma configuração moral que possui uma linguagem de compreensão acessível a todos os seus membros. Para deixar ainda mais claro, pensemos em um exemplo. Vamos supor que o sujeito A invade a casa do sujeito B e o submete como escravo. Parece evidente que as pessoas que venham a ser consultadas sobre esse caso não concordem com a ação do sujeito A e, para contraposição, utilizem o argumento da dignidade da pessoa humana. Esse bem está presente nas nossas organizações sociais e tudo o que se contrapõe a ele não será aceito, ou ao menos terá uma grande resistência. Essa é a leitura que faço do texto tayloriano, ou seja, esse creio ser o significado de viver e valorar a vida no interior de uma configuração moral.

Todo esse raciocínio está relacionado com o entendimento de identidade presente no texto tayloriano:

Saber quem sou é uma espécie de saber em que posição me coloco. Minha identidade é definida pelos compro-

missos e identificações que proporcionam a estrutura ou horizonte em cujo âmbito posso tentar determinar caso a caso o que é bom, ou valioso, ou que se deveria fazer ou aquilo que endosso ou a que me oponho. Em outros termos, trata-se do horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma decisão. (TAYLOR, 2011a, p. 44).

Colocando em outros termos, identidade significa articular a posição em que cada indivíduo se localiza diante das relações que desenvolve e dos espaços que ocupa. Faz muita diferença viver em uma sociedade hierárquica e viver em uma sociedade que aboliu do seu interior hierarquias determinadas pelo nascimento, por exemplo. Viver em sociedades democráticas não é o mesmo que viver em sociedades ditatórias. E assim os exemplos podem se multiplicar.

O indivíduo constitui sua identidade no intercâmbio com todos aqueles que fazem parte, direta ou indiretamente, do seu espectro de relações. A partir disso, encontra seu próprio espaço ou, é possível afirmar, que se desenvolve autenticamente.⁵ Em palavras breves, cada indivíduo desenvolve sua identidade dialogicamente, portanto, dependente do outro e dos seus retornos e também da configuração moral da qual é membro.

Parece que esse é um processo um tanto automático e no qual o indivíduo parece enfraquecido. Pretendo, agora, justificar porque não é exatamente assim a partir do conceito de avaliação forte.

O avaliador forte encara suas alternativas através de uma linguagem mais rica. O desejável não é apenas definido por ele pelo que ele deseja, ou o que ele deseja mais um cálculo de consequências; é também definido por uma caracterização qualitativa dos desejos como maior e menor, nobre e baixo, e assim por diante. (TAYLOR, 1985, p. 23).⁶

5 Não desenvolverei o entendimento de autenticidade, mas para quem deseja aprofundar-se nesse conceito, poderá buscar na obra *A ética da autenticidade*. Ainda sem pretensões, sugiro minha dissertação de mestrado: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/788/Dissertacao%20Dair%20Camati.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

6 Tradução minha.

Desenvolver uma avaliação forte significa estabelecer distinções qualitativas que não podem ser classificadas simplesmente como subjetivas, pois surgem da articulação de três elementos: a) o espaço moral ocupado pelo indivíduo; b) a orientação que o indivíduo estabelece a partir da sua constituição identitária; c) e o retorno recebido por parte dos interlocutores que se encontram também em um espaço moral. Nessa linha, a avaliação forte depende do indivíduo, mas também está ligada ao seu espaço moral, ou à sua configuração. Não parece que há uma simples imposição do espaço moral e também não há uma simples subjetivação. Temos um equilíbrio entre o contexto moral e os indivíduos que se constituem como avaliadores fortes. No entendimento do filósofo canadense, no processo de narrativa da vida os agentes humanos encontram significado nas ações desenvolvidas, pois precisam colocar em avaliação essa significação no contato com os outros e com o mundo.

E que garantias possuímos de que temos as melhores respostas? A garantia oferecida não é absoluta porque sempre será possível encontrar uma articulação mais adequada, o que não nos impede de afirmarmos uma determinada articulação como a que melhor responde aos problemas existentes no presente momento, ou a que melhor articula os valores fundamentais de uma determinada configuração moral. Taylor nomeia esse procedimento de raciocínio em transição, pois permite sempre a possibilidade de revisão.

Ele visa estabelecer não que alguma posição seja absolutamente correta, mas que alguma posição é superior à outra. Tem por preocupação, implícita ou explícita, proposições comparativas. Mostramos que uma dessas alegações comparativas é bem fundada quando podemos demonstrar que o movimento de A para B constitui epistemicamente um ganho. Isso é algo que fazemos quando mostramos, por exemplo, que passamos de A para B por meio da identificação e resolução de uma contradição em A ou de uma confusão em que A se baseava, por meio do reconhecimento da importância de algum fator que A não levava em conta, ou algo do gênero. (TAYLOR, 2011a, p. 101).

A garantia, nesse caso, está atrelada a uma busca constante pela melhor articulação possível, que possa oferecer respostas aos problemas e desafios colocados por um determinado contexto cultural. A avaliação constante permite lograr um grau de objetividade no sentido de que não descola da realidade moral, ao mesmo tempo em que oferece sempre uma abertura para uma nova articulação. A solução tayloriana parece coerente com o seu pensamento e com elementos que apresentei acima. Mas, vale lembrar que tudo isso está relacionado com o papel da filosofia, e qual seria?

Todo o processo de articulação descrito nas páginas acima está fortemente conectado com a filosofia, pois ela pode oferecer elementos que auxiliam no processo de compreensão dos valores centrais, tanto para os grupos humanos quanto para os indivíduos que vivem nesses grupos. Como afirmei no início desta seção, a filosofia não tem poder de criar valores por si só, mas tem as ferramentas e as condições que permitem uma melhor articulação por parte dos agentes humanos, possibilitando que desenvolvam suas vidas de forma mais articulada e, porque não, com melhores possibilidades de significar suas ações e suas vidas.

A filosofia e sua contribuição para o entendimento da diversidade

Esse é um dos temas mais caros na obra de Taylor e que o tornou uma referência nos estudos multiculturais. Por isso que afirmo essa temática como central para entendermos qual a contribuição do filósofo em questão para responder à pergunta: o que é filosofia? É possível objetar que o presente texto não responde diretamente à pergunta colocada. O que posso dizer acerca disso é repetir o que Gallo (2006, p. 20) afirma: “Em suma, podemos dizer que ensinar filosofia é um exercício de apelo à diversidade [...]”.

Sendo assim, não podemos excluir a tarefa da filosofia na compreensão da diversidade, no levantamento dos problemas dela decorrentes, nas dificuldades por ela impostas, mas também nas vantagens advindas de uma adequada vivência de encontro com o diferente, especialmente em es-

cala coletiva. Tomo *Multiculturalismo* como obra de referência, porque nela se encontra o texto tayloriano chamado *A política do Reconhecimento* e também diversos textos como comentário e crítica ao pensamento tayloriano. Dentre eles, podemos destacar o comentário de Habermas, intitulado *Lutas pelo Reconhecimento no Estado Constitucional Democrático*.

Passada esta necessária contextualização, passo àquela que é a ideia central que norteará a reflexão que proponho na presente parte do capítulo.

A tese consiste no facto [*sic*] de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorrecto [*sic*] dos outros [...]. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorrecto [*sic*] podem afectar [*sic*] negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe. (TAYLOR, 1998, p. 45).

O reconhecimento é elemento essencial para a formação da identidade pessoal, sendo tratada aqui como uma necessidade humana e, em outro texto, o filósofo a afirma como vital. Se possui tamanha importância, não pode ser negligenciada ou tratada de forma simplista. Trata-se, sim, de uma tese forte, mas que não pode ser facilmente desqualificada. O argumento central para isso é o caráter dialógico do ser humano, pois nos tornamos seres no contato com os demais membros da nossa espécie. Aqui encontramos outro elemento que é também essencial para o exercício da filosofia, a dialogicidade.

A diversidade e a dialogicidade são características importantes da nossa condição humana, mas também do exercício da filosofia e do filosofar, portanto, ignorar esses elementos implica em enfraquecer nossa condição humana de seres dispostos à filosofia. Quero retomar a importância do devido reconhecimento, porque é isso que nos poderá levar a concluir a filosofia como fundamental nesse processo. Parece-me que da citação anterior de Taylor resta aberta uma questão: de que maneira podemos oferecer garan-

tias para que o reconhecimento se desenvolva de maneira razoavelmente adequada? A resposta passa pela valorização da diversidade cultural, Amy Gutmann pode ajudar nesta análise:

Esta exigência de reconhecimento político das especificidades culturais – alargado a todos os indivíduos – é compatível com uma forma de universalismo que considera a cultura e o contexto cultural valorizado pelos indivíduos como fazendo parte dos seus interesses fundamentais. (GUTMANN, 1998, p. 23).

Essa argumentação faz sentido na medida em que percebemos o vínculo existente entre quem somos enquanto indivíduos e o espaço que ocupamos no interior de uma cultura. Tratei dessa conexão na seção anterior, por isso fica mais claro entender porque é necessário manter o contexto cultural, obviamente que não na integralidade, até porque isso não é possível, mas ao menos garantir que as pessoas possam tomar decisões tendo uma cultura como pano de fundo.

Não estou defendendo uma abordagem essencialista de cultura, assim não afirmo a necessidade de manutenção irrestrita de todos os valores culturais, mas apenas estou afirmando que o contexto cultural é de fundamental importância para a decisão dos indivíduos acerca de como conduzirão suas vidas. Nessa linha, defender os contextos de escolha é defender a possibilidade de escolhas significativas. Não é possível escolher significativamente sem uma cultura? Não é esse meu ponto, o que estou tentando defender é que as escolhas ocorrem tendo um pano de fundo como referência e, em muitos casos, é a cultura que se coloca como esse fundo. Para esses casos, a defesa, ainda que não irrestrita da cultura, torna-se fundamental.

Mas em que medida o pano de fundo torna-se tão decisivo para os indivíduos? Parte da resposta está no primeiro item do capítulo, quando tratei do conceito de articulação referente aos bens presentes em uma determinada configuração moral, visto que esses bens são decisivos para as escolhas tomadas individualmente. Quero aqui acrescentar dois argumentos

que, creio eu, podem fortalecer a argumentação que venho desenvolvendo. O primeiro argumento trata da formação da linguagem e de como ela é necessária para autocompreensão:

Tornamo-nos em verdadeiros agentes humanos, capazes de nos entendermos e, assim, de definirmos as nossas identidades, quando adquirimos linguagens humanas de expressão, ricas de significado. [...] As pessoas não aprendem sozinhas as linguagens necessárias à autodefinição. (TAYLOR, 1998, p. 52).

Linguagem aqui deve ser entendida em sentido amplo, ou seja, tudo aquilo que permite que o ser humano se expresse. A linguagem é que nos permite a interação com o mundo e com os demais, mas só a desenvolvemos no contato com os outros, especialmente com aqueles que nos são mais próximos. Nesse contato, desenvolvemos a linguagem que nos permitirá articular e compreender o mundo que nos cerca e a nós mesmos. É por isso que muitos grupos humanos lutam pela manutenção de suas línguas, porque são elas que podem permitir uma compreensão mais profunda da cultura e da própria individualidade.

Um segundo argumento, fortemente vinculado ao primeiro, é o caráter dialógico da identidade humana. É no encontro dialógico com o outro que vamos formando nossa própria identidade, sempre mediada pela linguagem. Construir dialogicamente a identidade significa que existem “outros importantes”, para usar uma terminologia de Mead, que se tornam parceiros importantes de interação e de desenvolvimento de quem somos e de como nós compreendemos. Os outros também compartilham de um pano de fundo, também desenvolvem suas vidas tendo bens e hiperbens como referência e, por isso, podem dialogicamente oferecer contribuições mútuas.

Não creio que esse argumento possa ser compreendido como uma tentativa de essencializar as culturas ou de fechá-las dentro de si mesmas. Os indivíduos desenvolverão suas identidades no contato com outras culturas e outras possibilidades de compreender o mundo, o que estou propondo

aqui é analisar quão importante é o contexto que nos possibilita, primeiro, compreendermo-nos enquanto seres humanos e, segundo, desenvolvermos nossa identidade. É isso que significa oferecer condições de significação para os indivíduos.

Mas e quanto aos problemas que esse processo pode gerar no sentido de que valores antagônicos podem se colocar em rota de colisão? Claro que existem muitos elementos que mereceriam atenção nesse momento para responder a esse problema, mas atento ao objetivo, serei breve nesta análise. O princípio da melhor descrição associado à redução de erros é parte da resposta, mas é possível complementá-la com mais um ponto importante, a saber, a fusão de horizontes ou também a tentativa do estabelecimento de um vocabulário moral comum. E o que implica essa possibilidade?

Taylor não abre mão da possibilidade de uma compreensão efetiva entre as mais diversas manifestações culturais. Não precisamos muito para percebermos o tamanho do desafio colocado pelo pensador canadense, basta olharmos os desafios diários colocados pelo encontro entre culturas muito diversas. Para pensarmos um exemplo próximo, podemos recordar como se deu e como se dá a relação com os povos indígenas no Brasil. Em muitos momentos, houve um encontro salutar entre esses povos, mas, em muitos casos, o uso da violência se tornou comum. Isso implica que existe uma forma absolutamente correta e outra absolutamente incorreta de como esse encontro deveria acontecer?

A resposta é negativa no sentido de que o encontro entre culturas sofre muitas tensões que não podem ser respondidas apenas de acordo com uma única receita. Por isso que estou propondo aqui que a filosofia também tem um papel importante no auxílio e na compreensão desses processos. A teoria tayloriana nos apresenta elementos que podem oferecer caminhos menos destrutivos quando o que estiver em questão for um encontro multi-cultural e, mais do que isso, contribuir para o entendimento da diversidade como enriquecedora para o ser humano.

E o que seria a fusão de horizontes? Já fiz algumas críticas⁷ acerca desse conceito e de como ainda deveria ser melhor explicitado. Mas, mesmo assim, alguns pontos são importantes. O objetivo de uma fusão de horizontes é a criação de um horizonte moral comum onde duas diferentes linguagens morais pudessem ser compreendidas e compreenderem-se mutuamente. Em outras palavras, seria a busca de um vocabulário comum que diminuísse consideravelmente o número de distorções advindas da própria linguagem. Isso se justifica na medida em que a compreensão cultural sempre parte da nossa própria linguagem que, em muitos casos, já está carregada de pré-compreensões. Com uma linguagem contrastiva, o risco de compreensões equivocadas pode ser diminuído, ainda que não eliminado.

A polémica [sic] que teve lugar nas universidades sobre o discurso racista, étnico, sexista, homofóbico, além de outras formas ofensivas, dirigido a membros de grupos minoritários é um bom exemplo da necessidade de se criar um vocabulário moral comum mais rico que o nosso direito à liberdade de expressão. (TAYLOR, 1998, p. 41).

O objetivo final seria a criação de tal vocabulário, que permitiria uma compreensão mais adequada de todas as culturas, mas o problema está em como desenvolver esse vocabulário. Essa é uma das críticas que podem ser endereçadas ao filósofo aqui analisado. Contudo, mesmo assim, alguns possíveis encaminhamentos podem ser pensados, tais como: o princípio da melhor descrição, a fusão de horizontes, a articulação dos valores culturais em questão. Creio que esses pontos oferecem um caminho possível de solução, mas ainda são embrionários e não plenamente desenvolvidos.

Não irei desenvolver esses pontos neste momento, até porque não é esse o foco do texto. Mas o que pode ser tirado como elemento minimamente conclusivo desta segunda seção é que as possibilidades estão abertas e, além disso, a tarefa filosófica está em nossas mãos. Podemos contribuir

⁷ Sem muitas pretensões, sugiro minha tese de doutorado, na qual tratei dessa temática.

muito para o entendimento mais adequado e preciso da diversidade, permitindo que as comunidades humanas possam se desenvolver e contribuir umas com as outras. Não estou afirmando que a filosofia, e aqui particularmente a teoria tayloriana, possui todas as respostas e procedimentos necessários para dar o melhor encaminhamento possível a essa questão, o que estou afirmando é que a filosofia tem uma tarefa e que não pode abrir mão dela.

Considerações finais

Talvez tenha colocado uma pretensão por demais extensa e densa no início deste trabalho, mas acredito que tenha alcançado parcialmente o objetivo a que este texto se coloca. Para lembrar, o desafio a mim colocado foi escrever sobre o que é filosofia. Aceitando o desafio, tomei Taylor como minha referência central. O problema é que o filósofo referido não escreveu especificamente sobre essa temática. Ao mudar de estratégia, busquei entender como a filosofia pode contribuir no espaço das relações sociais e políticas, ainda com a mesma referência em mente.

Para dar conta desse desafio, tomei dois caminhos, primeiro discutir o conceito de articulação muito ligado à configuração moral e à ideia de que os indivíduos podem se tornar avaliadores fortes. O segundo caminho foi pensar a diversidade, especialmente cultural. Para isso, sustentei que a filosofia possui um papel importante no que tange ao entendimento da diversidade e de como ela pode se tornar um elemento construtivo no sentido de propiciar um melhor entendimento do próprio ser humano. Para o primeiro desafio, tomei, especialmente, *As fontes do self*, e para o segundo, *Multiculturalismo*.

Afirmo que atingi parcialmente o objetivo por mim proposto, porque não consegui explicitar claramente alguns elementos que são importantes no escopo da teoria tayloriana. Esse perigo me parece que está presente em textos da natureza do que aqui desenvolvi, porque me usei de algumas partes de uma teoria para tentar justificar algo que o próprio teórico não fez.

Por isso que me sinto justificado nesse aspecto e afirmo a importância de cada vez mais descobrirmos os textos de Charles Taylor.

Portanto, a filosofia possui um papel fundamental no interior das relações humanas, pois tem ferramentas para melhor articular os bens presentes nos contextos morais. E, ao articulá-los, permite uma melhor compreensão dos grupos humanos e dos próprios indivíduos. Aliada a isso, a filosofia pode contribuir com um olhar mais adequado sobre a diversidade e discutir as melhores formas de reconhecimento das diversas culturas e, ao mesmo tempo, na construção de princípios que sirvam como referência no processo de compreensão e reconhecimento do outro.

Referências

ABBEY, Ruth. *Charles Taylor*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CAMATI, Odair. *Autenticidade e reconhecimento em Charles Taylor*. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

CAMATI, Odair. *Multiculturalismo e o problema da universalidade: uma análise das teorias de Charles Taylor e Will Kymlicka*. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

GALLO, Sílvio. A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 17-35, 2006.

GUTMANN, Amy. Introdução. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Trad. de Talyta Carvalho. São Paulo: É realizações, 2011b.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011a.

TAYLOR, Charles. *Human agency and Language - Philosophical Papers I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.